



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 04

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

2.º Reunião em 09/12/2021

Aos nove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte um, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, João Bastos Figueiredo, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla de Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Emanuel Sousa Cardoso, Miguel António Costa da Silva, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, António Augusto Cruz de Aguiar, João Miguel Pereira de Almeida, Marta Elisa dos Santos Dutra, Celme Cristina de Jesus Tavares, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, e António Manuel Santos Salavessa.[001](#)

Nesta reunião da sessão, faltou a Vogal Joana Filipa Ramos Lopes.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Manuel Oliveira de Sousa, Joana da Fonseca Valente, e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário das substituições dos Vogais, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, João Miguel Pereira de Almeida, Celme Cristina de Jesus Tavares, Ivo Alexandre Alves Angélico e António Manuel Santos Salavessa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Henrique da Rocha Vieira, e Fernando Tavares Marques, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão, respetivamente por, José Bastos Figueiredo, Daniela Carla de Sousa Pinto e Fernando Emanuel Sousa Cardoso.[003](#)

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento⁰⁰⁴ do pedido de suspensão do mandato, do eleito David Filipe Ramos Lopes, por um período de quarenta dias, compreendido entre o dia 10 de dezembro 2021 e o dia 18 de Janeiro de 2022, sendo substituído pelo sucedâneo na lista de candidatura, António Manuel Santos Salavessa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁰⁴

“Senhor Presidente, apenas para uma interpelação a Mesa considerará se aceita ou não. A Associação Nacional de Municípios realizará o seu Congresso em Aveiro no próximo fim-de-semana. É um momento importante para o poder local democrático e para o município de Aveiro que acolhe. Se bem que o Presidente da Câmara, de acordo com o protocolo, vá saudar os congressistas na abertura dos trabalhos, ficaria bem, aliás muito bem, que a Assembleia Municipal aprovasse um voto de saudação pelo XXV Congresso da ANMP. Eu tenho um pequeno texto perfeitamente consensual, mas o Senhor Presidente se entender pode alterar.”

«Voto de Saudação.

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida a 9 de dezembro de 2021, saúda o 25.º Congresso da Associação Nacional de Municípios, dá as boas-vindas a todos os congressistas, formulando votos de sucesso nos seus trabalhos, no sentido da defesa e do reforço do Poder Local.»

A Mesa aceitou e subscreveu o Voto de Saudação pela realização em Aveiro do XXV Congresso da ANMP, apresentado. De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação do Plenário, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Continuando, o Presidente da Mesa da Assembleia, prosseguiu a “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, nos seguintes pontos:

- Ponto 5 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização - Ação Social 2021;**
- Ponto 6 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização – Área da Ação Social / Competências Intermunicipais 2021;**
- Ponto 7 – Informação sobre a Atividade Municipal de 07SET21 a 29NOV21;**
- Ponto 8 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2022;**
- Ponto 9 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2022;**
- Ponto 10 - Apreciação e votação da Derrama para 2022;**
- Ponto 11 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2022;**
- Ponto 12 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2022;**
- Ponto 13 – Atualização de Taxas - RUMA (Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro) e RMTOR (Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas);**
- Ponto 14 – Apreciação e votação da Reprogramação de Empreitadas – Exercícios de 2021 a 2024 – Autorização de assunção de compromissos plurianuais.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração do Plenário⁰²⁴ a discussão em conjunto dos pontos 5 e 6 da *Ordem-do-Dia* sendo as votações feitas separadamente, ao qual não se verificou qualquer oposição.

Ponto 5 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização - Ação Social 2021;

Ponto 6 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização – Área da Ação Social/ Competências Intermunicipais 2021.

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal reunião Ordinária Pública 05/11/2021, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros da Assembleia e fazem parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁰⁵ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁶

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

A nossa intervenção nestes dois pontos é muito simples. Nós podíamos ripristinar o que dissemos há um ano atrás na votação semelhante. E contrariamente á opinião do Senhor Presidente da Câmara e do agrupamento da maioria a nossa situação é exatamente inversa. Nós votamos contra esta descentralização. É evidente que estamos de acordo com o entendimento mesmo nos termos de quem a defende, esta concretização seria extemporânea, mas esse não é de facto o nosso problema. O nosso entendimento é contrário. E é contrário porque entendemos que há sempre um conjunto de competências que devem ficar à responsabilidade do Poder Central. Esta descentralização assemelha-se mais a uma descentralização de encargos do que delegação de competências.

E a assunção pelos municípios de algumas responsabilidades, e este sector social é extremamente sensível, é que ele é objetivamente promotor de desigualdade entre os cidadãos de diversos municípios. Ou seja, aqueles municípios que eventualmente tenham mais desaforro económico poderão sempre fazer mais e apoiar mais do que aqueles que estejam mais apertados e tenham mais dificuldades.

Portanto por este conjunto de razões nós votaremos contra as duas propostas, não por discordar do adiamento, mas sim pela questão de fundo, da forma como este Governo está a fazer esta descentralização.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“Boa noite. A minha pergunta é muito simples – qual é o esforço orçamental que este compromisso por estes três meses acarretaria, porque isso não está muito claro no documento. Obrigado.”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁰

“Boa noite Senhor Presidente, boa noite a todos os presentes e a todos os que nos acompanham lá em casa.

O PAN apresenta a sua concordância com a transferência de competências em matéria de atendimento e acompanhamento social de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Esta tem sido de facto uma área em que temos insistido e trabalhado. Exemplo disso tem sido a nossa insistência nos projetos “Casa primeiro”, para pessoas em situação de sem-abrigo. e foi também, outro exemplo, através de uma proposta do PAN na Assembleia da República que estes cidadãos sem-abrigo passarem a ter o direito a um cartão de cidadão, que até então estavam privados do acesso a bastantes serviços básicos.

Neste caso concreto, defendemos que a Câmara Municipal de Aveiro deverá assumir estas competências o quanto antes, sendo que a atual condicionante pandémica vem aumentar essa premência.

E deve criar condições com uma maior oferta habitacional e estabelecer uma maior articulação com as instituições de solidariedade social, pois estas acompanham diariamente estas pessoas com especial vulnerabilidade, conhecem bem as suas fragilidades e de facto vivem muitos cidadãos aveirenses, sem abrigo ou de vulnerabilidade especial, sendo muitos deles idosos e pessoas com doença mental.

Nós temos acompanhado algumas destas situações urgentes e esta é, sem dúvida, uma área onde o papel da Câmara se assume como fundamental. E pensamos que a Câmara já deveria ter preparado o seu trabalho para assumir as funções na data devida. Nas situações que temos acompanhado assistimos a uma falta de articulação entre as várias entidades, em que algumas resultaram numa situação de sem-abrigo. Estas pessoas necessitam de uma resposta imediata e urgente que não se coaduna com os morosos processos burocráticos que muitas das vezes têm pela frente.

E tivemos o cuidado de remeter algumas destas situações à anterior Vereadora com a pasta da ação social, e nunca obtivemos resposta. Em Janeiro deste ano estavam identificadas no concelho de Aveiro 37 pessoas sem-abrigo e 21 alojadas de forma temporária.

As Câmaras Municipais têm pugnado por esta descentralização de competências, entendemos (aqui concordo com o Senhor Presidente) que esta será, senão uma das mais importantes competências a assumir. Pelo que não acompanhamos este pedido de adiamento de funções. Obrigada.”

Vogal Ivo Angélico (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[011](#)

“Boa noite caros membros do Executivo, caros membros da Assembleia, caros cidadãos. O Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente relativamente à deliberação da Câmara não assumir as novas competências, mas não concordamos com os enunciados do documento da Câmara.

Isto porque somos contra todo o processo de descentralização de competências em curso do Estado para as autarquias. Somos favoráveis ao princípio da subsidiariedade, mas as transferências de competências nos termos em que estão a serem realizadas tem problemas. Tratam-se de serviços públicos essenciais. Educação, Saúde, Ação Social, Cultura, etc. E devem ser garantidos de forma coesa com a mesma qualidade em todo o território nacional independentemente de se situarem em áreas mais ricas ou mais pobres.

É uma forma de desresponsabilização e subfinanciamento por parte do Estado Central. Passará esta despesa no futuro para os municípios. Isso agrava a desigualdade social e a falta de coesão territorial. As autarquias mais desafogadas poderão prestar melhores serviços. E é abrir a porta a concessões de serviços no futuro. Podemos olhar para a transferência de competências da Reserva das Dunas São Jacinto. No Orçamento de Estado 2022, chumbado, tinha especificado verbas por área, e para as Câmaras Municipais no âmbito da descentralização, mas no âmbito das áreas protegidas nem sequer constava qualquer valor. As autarquias iriam receber zero. Para além disso, no âmbito de gestão da

própria Câmara para a área da gestão da Reserva apenas descreve as receitas e o número de visitantes tendo zero critérios para a proteção da natureza.

Este processo de descentralização cozinhado pelo PS e PSD no Parlamento é uma mostra de como no dia-a-dia, seja na área da descentralização ou outras áreas o PS governou à direita e colocou-se à direita. E chegados ao Orçamento do Estado esperava o voto da esquerda apesar da sua governação concreta.”

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰¹²

Vogal Pedro Silva (PS)⁰¹³

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁴

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰¹⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁶

“Muito obrigado a todos. António Salavessa nós conhecemos as posições do PCP em relação a esta matéria. E quero deixar nota da discordância total que tenho que a descentralização induz desigualdade entre municípios. Se levássemos isso à letra a conclusão seria, vamos acabar com os municípios. Porque em tudo, em tudo, o que fazem os municípios, eles são diferentes e causam desequilíbrios.

Obviamente que eu nunca diria isto. Disse esta frase apenas para dar seguimento à sua. O que é importante melhorar é a luta por uma nova lei de finanças locais. Não é alterar a lei! É uma nova lei em que os mecanismos orçamentais e legais, para que os municípios menos capazes em termos financeiros e estruturais possam ter suplementos de apoio legais e institucionais e financeiros, em relação aos que têm maior capacidade autónoma. Eu diria é uma revolução que se tem que fazer.

Agora, obviamente a descentralização é uma peça fundamental para que a qualidade do serviço público seja maior e a democracia seja mais robusta.

Gabriel não há uma resposta linear. No tal despacho que estava aqui à procura, que é o Despacho 9817/A de 8 de outubro de 2021, o quadro financeiro transferido para aos municípios, neste quadro, a nossa verba arredondando o valor são 800 mil euros.

Se dividirmos isto para três meses dá 200 mil euros. Mas distribuição não é feita assim. Ela é feita em função dos programas que estão em causa e não exatamente como uma transferência administrativa de dividir por doze ou dividir por quatro trimestres. Mas pronto, o valor que está no Despacho são os 800 mil euros para Aveiro. Agora o processo é muito complexo nos mecanismos de transferências. Porque nós vamos cogerir instrumentos. Nós não vamos gerir de forma autónoma, nós vamos apenas cogerir. É por isso que o discurso do Pedro Silva, provavelmente ainda procura um lugarzito na lista que o partido socialista vai aprovar na segunda-feira, mas a sua intervenção não serve para nada de útil. Porque a grande delicadeza que esta transferência de competências tem e que é um ‘embrulho’ em que o Governo se meteu, nós chamámos à atenção, e o Governo não foi capaz de resolver a questão, é que há uma parte das competências que vão ser descentralizadas que estão a serem geridas pela Instituições Particulares do Estado Social. E os mecanismos de transição estão carregados de interrogações. Aliás, temos feito perguntas sobre isto a dirigentes associativos, que sabem disto, como é que isto se vai fazer? Não há respostas.

Houve já algumas que se fizeram mal. Por exemplo a rede RLIS (Rede Local de Intervenção Social), como é que o Governo fez para fazer a transferência? Acabou com a RLIS cujo financiamento era realizado em IPSS há um ano e tal. Pois assim é fácil transferir. Acabou, dá-se um intervalo, as pessoas são despedidas, enfim, uma coisa do além. Nunca percebi

como é que isso não teve eco na comunicação social!? Mas isso são contas de outro rosário.

Aqui o que vamos assumir é cogerir. Não há nenhum instrumento social que passe com tutela autónoma para as Câmaras Municipais. É bom que coloquemos isto nas nossas cabeças, ok. É tudo muito bonito, mas estamos a falar de operacionalizar. Há uma diferença grande entre a conversa e a própria lei, no que está escrito no decreto-lei e nas quatro Portarias e, depois, levar as coisas à operacionalização. É uma diferença brutal.

E depois ainda o grande problema disto é: batemos à porta da Segurança Social e dizemos queremos falar convosco sobre isto, cof-cof, começa tudo a tossir! Com quem se fala? Vamos ver. Portanto há aqui um problema de trabalharmos a operacionalização.

Eu gostava muito, repito com clareza, que no tempo que falta até 31 de março nós consigamos no trabalho inevitável com a Segurança Social e com os nossos parceiros da rede social, que estão enquadrados no Conselho Local de Ação Social, que nós conseguíssemos tirar todas as dívidas e tratar de tudo. É possível? Claro que é possível. Mas é preciso dar à perna. Vocês nem imaginam, na Educação foi uma trabalhadeira. Mas nós no dia um de setembro de 2020 começámos a operar tudo. Mas olhem, foram reuniões quase dois anos, com uma intensidade muito regular ao mais alto nível de responsabilidade. A componente da Ação Social eu diria que não é tão densa como a Educação, mas é muito mais complexa. É bem mais complexa.

Portanto essas coisas que se dizem “sensibilidade social”. Então, mas agora sensibilidade social, você tem mais do que eu por causa de adiar três meses!? Ó Pedro, deixe-se lá de demagogia, pá. Vamos é lá trabalhar a sério. Estamos aqui a gozar com coisa sérias. Vamos é trabalhar a sério para gerir aquilo que o PSD quer, que o CDS quer, que toda a gente quer. A única entidade que não quer é o PCP. Vamos executar bem as nossas competências. É isso que nós queremos. Eu não vou aqui perder tempo, como você perdeu aqui a dar aulas de conversa de teoria de ação social. Ou a outra frase completamente infeliz “não temos nada a temer”. Ouça lá você está aqui a falar com gente que não tem medo de nada. Vamos temer o quê? Vamos temer o quê senhor doutor? Olhe eu até estou à vontade porque esta semana adotei dois cães, já tenho o problema resolvido, quando se diz “quem tem medo compra um cão”. Olhe adotei dois esta semana até estou melhor a esse nível. Senhor doutor venha falar de coisas a sério porque esta matéria é muito importante.

Queremos muito operar a descentralização da Ação Social, mas queremos fazê-lo bem. Temos a maior sensibilidade social e não é três meses que perturba a nossa sensibilidade social e não temos medo de nada. Temos é boa consciência e que eu acho que o senhor doutor não tem boa consciência do que é que está em cima da mesa. Não é na Carta Social. Olhe nós até na CIRA já temos tudo pronto para lançar o concurso e contratar. Está tudo pronto. Mas aqui estamos a falar em cogerir a operação das componentes que têm a ver com a vida das pessoas, com o apoio social direto aos indivíduos.

Tem consciência que no nosso município há instituições que sobrepõem a sua área de gestão de algumas das componentes da descentralização? Tendes consciência disso? Olhe nós temos, porque já estudámos o dossier todo. Nós já sabemos muita coisa sobre isto. E isso leva-nos a dizer que estes 3 meses são importantes. Com alguma razão, alguns colegas, e não é preciso falar com o colega de Ílhavo ou o colega Sever do Vouga que tomaram posse agora e estão obviamente, como é normal a quem chega a perceber onde é que se meteram. Mesmo autarcas experientes como a maior parte dos autarcas da CIRA que estão no terceiro mandato, dizem que três meses não vai chegar. Nós queremos que chegue.

Agora deixemo-nos é de demagogia. Da conversa que não interessa para nada, de que agora boa excelência mais solidário ou menos por causa de 3 meses e que não temos nada a temer.

Não. Nós somos muito solidários ao mais alto nível. Queremos fazer isto bem, a sério, gostávamos muito que fosse possível a 1 de Abril estarmos a executar. Não é dizer que vamos começar, que é o que vai acontecer com a maior parte da malta. Sim senhor, começámos hoje, começámos a pensar e a reunir, não. Nós queremos começar a operacionalizar.

Jorge Greno, depois podemos falar sobre isso no ponto da informação. Mas globalmente tudo está na mesma. As duas áreas das mais difíceis nós temos na nossa mão. E lembrou bem o Casimiro Calafate o que disseram de nós, quando no quadro anterior assumimos o Museu de Aveiro. Correu muito bem e o Ministério da Cultura e o Governo sempre se portou impecavelmente.

Na Educação que a maior parte dos municípios, na região centro somos 100, só 33 assumiram, etc. etc. Balanço nosso, primeiro ano letivo completo, muito bom. Ou como aquela mais simples, administrativas, como a das praias, muito bem.

Agora o problema são as grandes e muito importantes. Habitação, Estradas Nacionais, Património, Áreas Portuárias – aí é tudo zeros. Pum, pum, pum. Zeros e os zeros não são nossos. Os zeros são do Governo. Esperemos que o novo Governo muito parecido com este ou muito diferente, dê da sua parte um impulso forte. A certeza absoluta é de da parte da Câmara Municipal de Aveiro nós vamos estar na linha da frente em todas as áreas.

Há uma área que é particularmente importante. E essa importância nem é particularmente para as Câmara ou para a Câmara de Aveiro. É para as pessoas que precisam de facto de um apoio social melhor estruturado, melhor articulado, com os instrumentos a conversarem uns com os outros, a complementarem-se bem uns com os outros e isso é de uma importância brutal. Toda a gente o sabe, mas até hoje o problema não se resolveu.

Um instrumento que se entende que vai ser útil para ajudar é a descentralização. Agora vamos preparar bem. Já temos imenso trabalho feito, mas falta muito trabalho, especialmente nesta componente de interlocução e de definição ao pormenor, ao indivíduo, de como hoje é que está a receber o apoio X, de tipologia A, se vai continuar a receber ou vai deixar de receber. Por que é que recebe de uma instituição de uma freguesia que está a 20 quilómetros e não está a instituição Y que é a que tem a sede a cem metros da casa daquela pessoa. Há muitas coisas para trabalhar.

É por isso que dizemos um claro e absoluto sim e não temos problemas se os 800 mil euros não chegarem. Gastamos um milhão ou um milhão e duzentos mil. Não é essa a questão.

O Governo não têm sido consequente nas monitorizações para fazer os acertos financeiros, nomeadamente na área da Educação. Ainda hoje não acertou uma. E o cadastro dos desvios está feito ao euro. Mas acreditamos que o vai fazer. E na Ação Social o princípio é o mesmo. Os 800 mil euros vão chegar? Previsão nossa, não. Mas é por isso que nós não vamos dar o passo e começar a trabalhar? Não. Nós vamos dar o passo e vamos acreditar no Governo, como sempre acreditamos de que os mecanismos de monitorização e os ajustes financeiros serão feitos. Depois a outra questão que começámos a trabalhar, mas enfim o trabalho não chegou até ao fim, que são as novas regras. A regulamentação do novo Fundo de Financiamento da Descentralização que será um mecanismo para onde irão todas as verbas que financiam a descentralização e que atualmente estão nos orçamentos dos Ministérios.

O problema não é estarem no orçamento do Ministério ou estarem no Fundo. A questão é, qual é o normativo do Fundo para tratar nomeadamente nas questões dos desvios financeiros e da implementação dos ajustamentos. Essa é a grande questão na regulamentação do Fundo de Financiamento da Descentralização que entendemos na ANMP e o parecer é público, não estava devidamente cuidada essa matéria tão importante. Portanto, o Orçamento foi chumbado, mas obviamente trabalharemos seguramente com o novo Governo e com a nova Assembleia da República, no Orçamento do Estado de 2022,

onde esta matéria do Fundo de Financiamento da Descentralização figurará seguramente. Mas há questões de regulamentação no articulado da lei de Orçamento de Estado que temos que cuidar.

Portanto ouçam, obviamente que cada um faz o que quer e vota como quer. Mas não façamos de 3 meses uma questão. A grande questão a sério e nós queremos muito aproveitar bem estes três meses, é preparámo-nos bem para executar. Sobe a pressão porque, com o novo argumento, de que temos esta situação de Orçamento de Estado chumbado, Assembleia dissolvida, eleições a 30 de Janeiro, Governo a começar a trabalhar, preparar programa de governo, teremos Orçamento lá para o fim do semestre.

Pronto, isto é um argumento para aqueles que acham que os 3 meses são curtos esse é o argumento que deram os novos colegas e que eu respeito. Mas repito, não concordo. Mas eu respeito. Obviamente é aqui um argumento que tem a sua importância. Há aqui um Governo novo, há aqui muitas coisas que nós não concordaremos. Nós fizemos 6 ou 7 perguntas sobre o tal mapa que agora está no Despacho de 8 outubro. Até hoje ninguém respondeu, ninguém nos respondeu! Quando eu telefonei a adjunta da Sr.ª Secretária de Estado para lhe perguntar, tem aí o nosso email, quais são as nossas respostas? Ó senhor Presidente eu não sei que lhe diga. Recebemos duzentos e tantos emails com perguntas e nós não conseguimos responder. Mas têm que responder porque colocámos questões pertinentes! Nós queremos executar esta competência. Mas até hoje. Ela foi muito simpática, tivemos uma boa conversa ao telefone. Ela deu-me a perspectiva dela sobre as respostas, mas até hoje mais nada.

Mas mesmos com esses riscos, com estas interrogações, nós queremos muito assumir esta competência e exercê-la. Achamos que este tempo que temos pela frente é útil para termos uma partida melhor do que partindo já em janeiro. Também podíamos partir, mas teríamos seguramente uma partida à moda daquela malta que diz, ok já começámos. Mas começaram a fazer o quê? Pois estamos a pedir reuniões e a tirar dúvidas. Quer dizer não começaram coisíssima nenhuma. Não, nós queríamos começar com esta componente bem tratada. Está aqui a diferença, de resto, aliás, não há aqui diferença nenhuma. Que todas as diferenças que a gente tenha de discussões políticas seja de 3 meses, então teremos aqui uma assembleia muito monótona porque estamos de acordo em relação a tudo. Como se o nosso problema fosse as nossas diferenças de opinião de 3 meses! Muito Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Ramos (PPM)⁰¹⁸

Vogal António Salavessa (PCP)⁰¹⁹

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰²⁰

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²¹

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰²² Ponto 5 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização - Ação Social 2021, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD17+CDS5+PPM1+BE2), uma abstenção (CHEGA1) dez votos contra (PS7+PAN2+PCP1).

Continuando colocou à votação Ponto 6 - Apreciação e votação⁰²³ do Processo de Descentralização – Área da Ação Social/ Competências Intermunicipais 2021, aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD17+CDS5+PPM1+BE2), uma abstenção (CHEGA1) dez votos contra (PS7+PAN2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:⁰²⁴

Vogal Marta Dutra (PAN):

“Senhor Presidente queria solicitar que a minha intervenção seja a declaração de voto.”

Vogal Ivo Angélico (BE):

“Senhor Presidente para declarar que somos favoráveis ao princípio da subsidiariedade, mas as transferências de competências nos termos em que estão a ser realizadas somos contra nos termos já referidos.”

Vogal António Salavessa (PCP):

“Esta foi uma votação típica das situações em que há convergência de voto, mas não convergência de opinião. As razões do PCP foram expressas na minha intervenção inicial.”

Ponto 7 – Informação sobre a Atividade Municipal de 07SET21 a 29NOV21.

(A informação Escrita sobre a Atividade Municipal, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰²⁵ deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁶

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁸

“Senhor Presidente, Senhores deputados. Não vou ler aqui o texto do Senhor Presidente, este é um ponto para discussão de assuntos municipais, alguns dos quais não estão na Comunicação, pelo que será este talvez o momento para as colocar.

O Boletim Municipal de Aveiro, que poderia ser apreciado em função das suas características luxuosas e caras na sua impressão ou pela percentagem do espaço ocupado por fotografias do Senhor Presidente da Câmara, quer a que está de corpo inteiro, quer aquelas em que está envolvido com outras pessoas, apresenta dois aspetos extremamente reveladores da falta de respeito e consideração que esta Câmara, ou melhor, esta maioria e este Presidente, têm pela Assembleia Municipal e pelos seus membros, bem como a falta de respeito pelas leis da República e pelo regimento da Assembleia Municipal.

Bem pode o Sr. Presidente da Câmara desdobrar-se em declarações de quase eterno à Assembleia Municipal como fez na última sessão porque elas não são confirmadas pela prática quotidiana. Senão vejamos.

Nem nas duas páginas dedicadas à Tomada de Posse dos órgãos autárquicos nem nas quarenta páginas do boletim houve espaço para referir os vossos nomes, os Vossos Nomes caros membros da Assembleia. Apenas aqueles três da Mesa estão referidos nesta publicação. Nem nomes, nem distribuição de mandatos, nem forças políticas presentes. Nada.

Mas se a falta de ética política, se bem que produza efeitos negativas na necessária transparência política, fica com quem a manifesta, o incumprimento da Lei já não. E neste caso, as responsabilidades não são apenas da Câmara, são também do Presidente da Assembleia Municipal.

Da leitura dos números 1 e 2 da Lei n.º 75/2013 que estabelece o regime jurídico das autarquias, estipula que as deliberações dos órgãos da autarquia são publicadas no boletim da autarquia. Órgãos no plural – autarquia (Câmara) no singular.

E o que temos nós aqui, neste boletim, mais que seis páginas com a transcrição de deliberações e despachos da Câmara e do seu Presidente. Nem uma linha sobre as deliberações da Assembleia Municipal!

Senhor Presidente da Assembleia Municipal o Senhor é responsável pelo cumprimento da Lei. Isto não pode ser repetido no próximo Boletim Municipal.

O nosso Regimento acompanha a Lei, de certa forma. Diz que os atos referidos no número anterior (as deliberações da Assembleia) são publicados no sítio da internet e no Boletim da autarquia quando exista. Vejam que o nosso Regimento pergunta “quando exista”. É caso para dizer “existe ou não existe”, diz-me espelho meu. Claro que existe. Portanto que não se repita na próxima publicação do Boletim.

A segunda questão tem a ver com o Rossio. Não para contestar e de vir novamente com a posição de principio da obra, mas em relação àquilo que se está a passar em concreto. Dezasseis meses de encerramento total da área suscita desde já algumas questões.

A primeira é de perguntar se havia necessidade de fechar tudo ao mesmo tempo? Se não haveria possibilidade de o fazer faseadamente como acontece com as etapas da avenida dr. Lourenço Peixinho.

Chamar atenção que a perda de umas boas dezenas de lugares de estacionamento durante a construção, já está a aumentar a pressão sobre o estacionamento autorizado na zona exclusiva de moradores. É necessário que para quem paga a tarifa anual encontre lugar para estacionar na sua zona. É necessária uma melhor sinalização rua a rua e é fácil resolver essa questão com uma placa a dizer que é zona reservada a moradores. E uma melhor regularidade de intervenção das polícias na fiscalização para poder ajudar neste problema.

A terceira é a ridícula dimensão da estrita passagem sobrance ao longo do canal das Pirâmides e do Canal Central, que é estreito, escondido, sem iluminação até este momento, a não ser aquela que tem agora o moliceiro de natal, mas que quando o natal se for essa também se apaga. Podemos considerar neste momento aquele local como muito inseguro.

A lancha que ali se encontra atracada já foi vandalizada de noite. Isto para além dos reflexos diretos na atividade turística dos agentes que ficaram mais emparedados. Portanto, são necessárias ações corretivas da Câmara, direta ou indiretamente, mediadas com construtor.”

Presidente da Mesa⁰²⁹

“Antes de passar ao orador seguinte, queria, pois não há um período propriamente para eu responder, o que é que eu tenho a comentar em relação àquilo que referiu.

Em primeiro lugar dizer, como certamente sabe, todas as deliberações da Assembleia são publicadas através de um edital nos termos legais. Edital esse que é difundido, eu não vou fazer publicidade, mas é um jornal que toda a gente conhece aqui em Aveiro e que o nosso povo gosta de ler. Mas acredito que talvez o Senhor deputado queira que as pessoas leiam mais o Boletim Municipal e compreende-se e toda a Câmara também agradece isso – em vez de lerem apenas o tal jornal que toda a gente conhece.

Sem prejuízo disto, senhor deputado, devo dizer que estamos aqui todos para de uma forma construtiva melhorar aspetos que eventualmente não estejam tão conseguidos. E estou certo que a Câmara acolherá nas próximas edições a questão de fazer também verter no Boletim Municipal as decisões que são devidamente publicitadas através dos editais. De resto todas as chegadas que sejam realmente construtivas são sempre muito bem-vindas. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento: [030](#)

“Senhor Presidente nós não precisamos da benevolência do Senhor Presidente da Câmara! Nem nos basta que seja publicitado no Diário de Aveiro, que curiosamente, vamos com duas Sessões já realizadas neste mandato, que nem uma linha, repito nem uma linha publicou sobre as reuniões da Assembleia Municipal.

Portanto que estejamos a pagar, o município está a pagar editais no jornal que nem sequer publica uma linha sobre a atividade da Assembleia!? Mas isso é outro assunto a que temos que voltar.

O outro, ó Senhor Presidente, diz na Lei que têm de ser publicados os editais, mas também diz que tem de ser no sitio da internet e diz na Lei que tem de ser no Boletim Municipal. Portanto cumpra-se a Lei. Não precisamos da benesse do Senhor Presidente da Câmara.”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [031](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Do relatório que nos foi enviado destacamos alguns pontos. Desde logo a continuidade da empreitada da obra do Rossio. Embora não queremos repetir tudo aquilo que já dissemos da nossa discordância quanto ao projeto em concreto da empreitada que está em curso.

Concordamos que de facto o espaço deva ser requalificado, mas é publico que não concordamos com o estacionamento em cave e toda uma série de alterações que irá ocorrer, como o abate de árvores centenárias que lá se encontram, para como vem referido no relatório, e passo a citar “se obter área livre e sem obstáculos”. De facto, é um projeto totalmente contrário ao que hoje se defende em termos de mobilidade suave.

E queria lembrar (e termino este assunto) que o Senhor Presidente da Câmara afirmou nesta Assembleia que se este projeto ultrapasse o dobro dos 4.7 milhões inicialmente orçamentado, que não iria em frente.

Vamos em 12.4 milhões e com as derrapagens que já podemos adivinhar, este projeto continua em frente.

Outra questão que gostaríamos de colocar é sobre o Orçamento Participativo, relativamente ao projeto “Rota Segura para a Escola”.

O projeto foi o mais votado no Orçamento Participativo de 2020. Falamos de um projeto que envolveu um vasto grupo de cidadãos, em cooperação com a comunidade escolar, a própria Câmara, pais, professores, associações de pais, e que visa criar áreas seguras nas envolventes dos estabelecimentos de ensino para as crianças chegarem a pé e de bicicleta à escola de uma forma segura.

Pela votação que alcançou compreendemos a importância que os aveirenses atribuem à mobilidade escolar e à segurança das crianças nos percursos a pé e de bicicleta.

Este projeto foi estruturado, foi analisado, e validado pela equipa técnica do OP e colocado a votação. Entretanto foi noticiado nos vários órgãos de comunicação social local, que poderá vir a não ser implementado. Gostaríamos que nos esclarecesse sobre esta matéria.

Outro ponto referido no relatório é o Parque Canino. E desde já, esclarecemos que somos totalmente a favor do Parque Canino — consta aliás do programa eleitoral do PAN. Contudo não podemos deixar de referir que os mesmos se destinam apenas a animais com detentor. E realmente no nosso concelho os animais abandonados têm sido sistematicamente esquecidos por este Executivo.

Veja-se o caso do canil municipal. Temos de continuar a falar nele, foi prometido há tantos anos, num contexto em que a legislação estabelece taxativamente a sua obrigatoriedade, mas continua a não ver a luz do dia. Os animais continuam ao abandono nas ruas, as matilhas continuam a proliferar e quando uma matilha é capturada perdemos-lhe o rasto.

Nós não esquecemos a falta de resposta por parte deste Executivo, relativamente ao destino dado à matilha capturada em S. Jacinto!?

E não esquecemos a rejeição de duas propostas que o PAN aqui trouxe para implementação do programa CED nas colónias de gatos, onde se previa o registo das mesmas e até solicitávamos que a Câmara estabelecesse espaços adequados para a alimentação dos animais. A realidade é bem diferente nas ruas, daquela que aqui foi afirmada na altura.

Muitos dos cuidadores informais destes animais têm entrado em contacto com a Câmara, têm solicitado registo das colónias, e não obtêm qualquer resposta.

Pelo contrário, é sistemático o desaparecimento de abrigos e comida colocados pelos cuidadores, foi o caso recentemente divulgado nas redes sociais e que ocorreu em Eixo, mas isto repete-se sistematicamente por todo o concelho.

Esta é a realidade em muitas das ruas do nosso concelho de Aveiro, acontece há muitos anos. Esta é provavelmente a área em que este Executivo mais falhou naquelas que são as suas responsabilidades. Disse."

Vogal Celme Cristina (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[032](#)

“Boa noite a todas e a todos. Os vários dos pontos da Informação dão conta de vários processos judiciais e da nova fase em que se encontram as obras do Rossio. Investimento no espaço público sem políticas de habitação ou reabilitação do edificado é apenas criar um espaço urbano para o turismo, e encarecer o custo de vida e o custo da habitação para quem vive no concelho. O Bloco mantém a sua oposição ao estacionamento no Rossio, assim como estas obras de transformação de Aveiro para uma única indústria.

Mas não podemos deixar de notar a nova mudança de posição da candidatura PS/PAN. A candidatura PS/PAN fez uma campanha centrada no tema do Rossio. É verdade que até fez umas cambalhotas a meio e mudou de posição. Mas a última posição era de quem era contra o estacionamento custasse o que custasse. Até eram a única candidatura que poderia travar estacionamento. Pediram o voto dos aveirenses para travar a obra. E agora o que fazem? Basta ouvir o que o cabeça de lista da coligação PS/PAN, Francisco Picado, disse no passado sábado no debate da rádio Terra Nova.

Francisco Picado disse que nos próximos tempos nem quer falar do Rossio! O líder da candidatura PS/PAN na Assembleia Municipal, candidatura que pediu o voto dos aveirenses para travar o estacionamento do Rossio, agora nem sequer quer falar do assunto. Abandona e população e trai a sua confiança. O Bloco é a Esquerda de confiança. Não abandonamos o nosso programa eleitoral nem o nosso compromisso eleitoral e essa é a grande diferença.

Sobre outros assuntos. Queria aqui também dar uma pequena e ligeira nota ao ponto 46 da informação, onde está o destaque anunciado no jornal político, como exemplo de boas práticas na área do 5G. Sobre este destaque e passe a redundância, queremos destacar que esta foi uma publicação paga no jornal online Politico Europe. E não será abusivo dizer que teve um destaque no jornal Politico, não tendo uma escolha editorial, mas sim publicidade paga pela European Telecommunications Network. Que fique claro que não entendemos o nomeado ao engano.

Por fim, queria também dar aqui nota que não é referido, e pedia algum esclarecimento ao Senhor Presidente sobre o estudo da rede de transportes, como está essa situação e dando nota que há tempos Ribau Esteves disse ainda que a grande vantagem da entrega a privados da MoveAveiro era o fim das greves. Ora isto diz muito sobre a posição do PSD/CDS sobre as greves, mas houve greve há bem poucos dias. Saudamos também a luta dos trabalhadores em Aveiro dos trabalhadores da Transdev em greve contra as propostas de atualização salariais que lhe foram apresentadas. Greve esta que aconteceu no passado dia

22 novembro aqui em Aveiro, no município. Aproveitando então para pedir alguns esclarecimentos sobre como está os estudos de avaliação sobre a rede de transportes em Aveiro. Obrigada.”

Vogal Ivo Angélico (BE)⁰³³

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁴

“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu parece-me que seria antes de começar propriamente a minha intervenção, seria interessante que a assembleia distribuisse a todos os Senhores deputados o resultado das últimas eleições e os dados preliminares dos Censos. Há aqui pessoas que ainda não perceberam que, apesar de Aveiro ser tão mau, a população aumenta e os que cá moram gostam do que a Câmara faz e são maioria.

E, portanto, isto chama-se democracia. Câmara tem um programa da mesma maneira que os senhores têm o vosso programa e tem de respeitar que o programa da Câmara seja posto em prática. Isto é democracia. Já falámos aqui disto tantas vezes, mas como os senhores não nos têm nenhum exemplo para nos dar, nem de Governo vosso nem um exemplo qualquer em qualquer estratosfera deste universo, onde seja governado como os senhores queriam, pronto, continuamos mais ou menos na mesma e vamos ter mais 4 anos a ouvir estas coisas sem qualquer senso que vem desse lado.

Relativamente à Atividade Municipal, Com a formalização da candidatura a Capital Europeia da Cultura está dado o primeiro passo para aquilo que é algo que todos nós sem exceção ambicionamos, que Aveiro seja a Capital Europeia da Cultura em 20207.

O trabalho efetuado até ao momento, para além deste ato formal, demonstra aos olhos de todos a evolução do programa cultural em Aveiro. Ao longo dos últimos anos com a quantidade e a diversidade nas formas de expressão deste tipo de eventos e a dispersão geográfica dos mesmos por todo o concelho.

Há que continuar neste sentido. Pois para além da atratividade turística que uma programação cultural traz, o turismo cultural é também uma vertente que importa apoiar, permite aos aveirenses continuar a usufruir de algo que nos obrigava até há pouco tempo a deslocar para outras cidades onde essa oferta já existia. Ficou apenas a faltar e esperamos que isso possa ser suprido outro tipo de instalações que permitam acolher eventos de maior dimensão, seja na parte dos espetáculos ou na parte das exposições, porque nos parece que falta um equipamento que permita exposições de outra relevância.

O segundo aspeto e pegando na nota que vem na Comunicação sobre a iluminação pública. Na nossa opinião é necessária uma alteração na forma como a manutenção da rede é efetuada. Vemos luminárias apagadas que demoram semanas, às vezes meses, a serem reparadas. Postes derrubados por acidentes que demoram uma infinidade de tempo a serem substituídos e, por vezes, há ruas inteiras que ficam às escuras dias a fio, sem que nada seja feito pelo prestador de serviços que cobra muitos milhões de euros anualmente. Quer diretamente à Câmara, quer indiretamente a todos os particulares e empresas que aqui residem e exercem a sua atividade, acho que deve ser exigida uma outra postura mais respeitosa para Aveiro e para os aveirenses.

Uma nota também à forma notável como a Câmara gere os diferentes programas de investimentos apoiados por fundos europeus. Sendo de destacar as diversas majorações obtidas pela forma como a gestão programas tem sido efetuados.

Relativamente aos eventos temos tido efetivamente um conjunto de eventos, não só neste trimestre digamos assim, mas tem sido regularmente Aveiro escolhida como local para diversos eventos de diversas dimensões nacionais e internacionais. E nesse aspeto também entendemos que é necessário começar de uma vez por todas, definir o que é que vai ser o Centro Cultural e de Congressos para o futuro.

Entendemos que a questão da deslocalização das instalações da Câmara tem que voltar a ser colocada. A questão da localização do Instituto do Emprego tem que ser recolocada, para que o Centro de Congressos possa ser um verdadeiro Centro de Congressos. Para que possa ter para além do Grande Auditório e de meia dúzia de salas de apoio, possa albergar e permita eventos de outra dimensão no Centro de Congressos ou vários eventos em simultâneo, porque a dimensão atual no Centro de Congressos não o permite.

Finalmente uma nota preocupante sobre o vandalismo que se têm vindo a notar com mais intensidade em Aveiro e que se manifesta principalmente através de borradelas nas paredes dos edifícios, junto a vias de comunicação, no espaço público. São borradelas, não tem nada a ver com arte. E acho que é necessária uma estratégia para o combate a este fenómeno e para limpeza da porcaria que já foi feita por aí.

E basta ver como é que está o edifício dos Paços Concelho na sua traseira ou este edifício sede da Assembleia aqui na passagem lateral. Ou até as pinturas políticas que ainda vão sendo feitos por aí à revelia de tudo o que é bom-senso. Passados 40 e tal anos do 25 de Abril ainda se continua a pintar paredes, que acho que é uma coisa, enfim, numa época que temos outras formas de comunicação não é admissível. Portanto parece-nos que devia ser pensada uma estratégia para limpeza e para combate a este tipo de porcaria que se faz pela cidade. Disse.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:⁰³⁵

“Reafirmou o senhor deputado Jorge Greno, mais uma vez, aquilo que tem sido dito e redito várias vezes nesta Assembleia sobre a maioria. O meu protesto vai no sentido de que este tipo de intervenção é dirigido, não para a afirmação, mas para a ideia própria de combater a intervenção de outras forças políticas.

Portanto o meu protesto é para relativizar a maioria, politicamente tem toda a legitimidade e juridicamente tem toda a legitimidade, mas não podemos esquecer que esta maioria foi gerada apenas por cerca de um quarto dos aveirenses. Um quarto dos aveirenses, porque votou menos de metade dos leitores, menos de metade dos eleitores. Essa vossa maioria relativa é de cerca de um em cada 4 eleitores. E mesmo que fosse mais, isso não pode impedir o exercício da oposição que cada eleito que aqui está por outras forças políticas, vale o mesmo que qualquer outro deputado eleito pela maioria.

Portanto em termos de direitos, os nossos direitos são iguais. Não foi a propósito da Mesa, como claramente se depreende, mas chega de tentar esmagar com a invocação da maioria obtida e do programa.”

Vogal Jorge Greno (CDS):⁰³⁶

“Salavessa, o Senhor com tanta experiencia politica sabe-me dizer qual é a percentagem de abstenção nas ultimas eleições nos concelhos governados pelo PCP/CDU, que nunca percebi muito bem no que é que difere as duas coisas. E qual é a percentagem de votos efetivos sobre as populações que os eleitos nesses concelhos têm?

É que esta questão da abstenção deveria ser algo que nos unir a todos. Procurar as causas. Provavelmente não sabe, mas com a introdução do cartão de cidadão a abstenção aumentou automaticamente. Os residentes no estrangeiro poucos votam. Basta ver a evolução dos números ao longo dos anos.

E, portanto, este problema da abstenção é um problema que nos devia unir a todos aqui, na Assembleia da República, no Governo, etc. A todos os Partidos. Porque é um problema que toca a todos e é mau. Agora vir para aqui, já na ultima reunião veio com essa conversa de sermos eleitos por ¼ dos aveirenses. É assim em Beja e em todo lado, porque a abstenção é mais ou menos igual em todo o país tem apenas pequenas variações. E portanto, não vale

de nada desvalorizar o numero de votantes que votaram na aliança com Aveiro porque foi a maioria. E é assim a democracia pelo menos nas democracias que nós gostamos.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰³⁷

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰³⁸

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁹

“Muito obrigado senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e aqueles que assistem também à sessão em casa. Relativamente à informação da atividade apresentada gostava de colocar duas ou três questões sobre assuntos específicos.

A primeira questão tem a ver com a Rua do Sal. E em concreto, já percebemos que houve, enfim, já debatemos isso aqui. Houve ali uma questão que correu menos bem, mas objetivamente, o que eu gostava de perceber até porque na altura não aprofundámos este tema, tem a ver com seguinte. Estamos a falar eventualmente trabalhos complementares necessários para a reparação do desabamento do muro suporte, os chamados trabalhos a mais, num montante que julgo estarão legalmente cobertos ao abrigo da contratação pública, mas a minha questão é em primeiro lugar é saber qual é o valor efetivo que está em causa em termos de trabalhos complementares?

Atrás desta questão bem a segunda que é saber qual entidade é que é imputada a responsabilidade daquilo que aconteceu? Há uma empreitada, há uma projetista, há um empreiteiro que assume a obra, e há depois o dono da obra.

A minha pergunta objetiva é saber sobre quem é que recairá essa responsabilidade? Esta é uma pergunta muito objetiva. Obviamente que aquela estrada, enfim, já debatemos isso aqui, aquela zona em particular é uma zona complicada por causa das correntes da Ria e, portanto, faço votos para que nesta segunda reparação tende a resolver definitivamente aquele problema.

Segunda questão tem a ver com um assunto que volta e meia aparece e desaparece aqui das nossas conversas, mas, enfim, acredito que não seja obviamente por intenção, mas tem a ver com os transportes.

Portanto temos uma concessão, já debatemos isso amiúde aqui na Assembleia, mas a minha pergunta é muito objetiva, porque discutimos aqui várias vezes e há uma série de parâmetros que definem o contrato de concessão. E salvo erro ficou em cima da mesa uma abordagem que privilegiasse a instalação de informação ao utilizador.

A minha pergunta muito objetiva é se todos os parâmetros da concessão estão cumpridos? Porque passado este tempo não vejo motivos para que não esteja todo o contrato de concessão em vigor, até porque, como bem sabemos, a Câmara Municipal por via da pandemia, teve necessidade de reforçar os montantes em causa e, portanto, a minha pergunta é muito objetiva. É se do lado da entidade a quem foi adjudicada a concessão, se a mesma está na íntegra a cumprir e se estão a cumprir todos os parâmetros a que estão obrigados?”

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁰

“Muito boa-noite. Na sua pessoa cumprimento todos. Senhor Presidente da Câmara, na sua pessoa cumprimento todo o executivo municipal. Este relatório que agora analisamos aqui neste ponto 7, de facto, tem uma contingência que é o ato eleitoral pelo meio do próprio relatório. E os resultados eleitorais, que gostem ou não gostem, foram os resultados eleitorais que a cidade apresentou em todas e na grande maioria das suas freguesias. E se pensarmos porquê e se analisarmos o relatório num todo, percebemos porquê.

Primeira tentaram o truque da judicialização da política. Mas o truque da judicialização da política correu mal. isto é, em sete processos que um senhor que mais tarde se veio a revelar candidato interpôs, a câmara ganhou 4 processos.

Ainda pensei quando ouvi a senhora deputada do Bloco de Esquerda a falar dos processos que iria falar (agora temos o Bloco de Esquerda de alguma forma zangado com o PS) pensei que iria falar na judicialização e no lançar mão de processos que, afinal, eram infundados e que não tiveram providência.

E, portanto, não conseguiram o truque através de processos judiciais que lançaram mão e que não foram procedentes. E é importante, de facto ouvimos a oposição toda e ninguém fala disso! Ninguém fala que a Câmara gastou dinheiro, perdeu tempo, perdeu energia, a responder a processos que não tinham fundamento e que foram mera instrumentalização da Justiça para fazer campanha política e que agora se veio a ver, que afinal as sentenças de 7 7 processos, 3 estão em curso e 4 já estão julgados favoravelmente a favor da Câmara. Depois, senão continuamos a perceber os resultados e continuar a dizer que foi um 1/4 dos eleitores que votaram nesta Câmara e nestas Juntas também, se calhar, se olharmos por este relatório como um todo passamos a judicialização da política, que é um tema que me é querido, e vamos para a dimensão da cidade que foi projetada.

A nossa cidade, é certo que eu das mais novas, mas não me recordo de um período de intensidade da cidade, como o senhor Presidente bem disse, quer em termos de quantidade e, sobretudo em termos de qualidade. Uma cadência importante e uma cadencia que até perdemos noção e, por isso, é que se calhar a oposição não fala e distrai-se, porque começa a ser tão normal termos grandes eventos, que até perdem a noção da dimensão. Isto é como alguém que vai sempre para um hotel de 5 estrelas e depois até perde um bocado a noção que estão no hotel de 5 estrelas. Porque, de facto, temos Congressos de importância nacional e onde são proferidas deliberações que certamente irão influenciar a política nacional. Temos dia do exército celebrado com toda a pompa e circunstância. Temos Techweek com muito sucesso. E é a tal coisa, perde-se, porque não há noção, se calhar começa a ser corriqueiro termos grandes eventos na nossa cidade. Mas se mesmo assim, não se conseguir perceber e que fosse só 1/4 dos aveirenses que viram isto e que viram o que é que sucedeu, ainda basta dar uma volta na cidade e ver-mos a mega operação de requalificação que a nossa cidade está a sofrer em todas as áreas.

Eu numa das últimas assembleias, penso que Maio, ouvi chamar arrabaldes à freguesia de Aradas! Eu estou muito triste porque neste momento não há arrabaldes Senhor Presidente. Porque todas as freguesias estão requalificadas. Houve requalificações muito importantes ao nível de intervenção das redes viárias, como por exemplo aqui o caso da freguesia vizinha de Oliveirinha, entre outras. E, portanto, não existem, de facto, neste momento, freguesias que se possam considerar arrabaldes.

Quando nos dirigimos a qualquer freguesia que seria considerada de periferia, não falo só no caso de Aradas, mas em especial, porque é a que eu melhor conheço e para a qual estou legitimada, vemos a obra da rua Capitão Lebre, cuja obra foi concluída posteriormente às eleições. Não precisamos de inaugurar obras à pressa nem de acabar obras à pressa. E vimos que, de facto, está um trabalho fantástico, com uma qualidade incrível. Outros equacionariam se eventualmente fora do centro urbano valeria a pena estar a fazer uma obra daquelas.

E, portanto, de facto, acabámos com os arrabaldes. É uma chatice porque não podem mais dizer aqui que o empreendimento foi feito nos arrabaldes e estamos a construir o Aveiro grande. E estamos a construir Aveiro grande como tantos sonharam sempre e estamos a construir esse Aveiro grande porquê? Pelos lindos olhos de nós todos. Não. Estamos a construir esse Aveiro grande porque temos uma equipa que sabe liderar e que sabe trabalhar. E que sabe agarrar as oportunidades. E sabe ouvir o povo e sabe utilizá-las.

E, portanto, também aqui é triste que a oposição não faça aqui nenhuma nota sobre o facto de Aveiro ter-se posicionado no 5º lugar na captação de fundos comunitários, em 100 municípios. Isto também lhes passa ao lado porque começa a ser um dado adquirido que temos o acesso aos fundos comunitários. Voltando à velha estória é como os grandes eventos que estão por hábito a serem realizados em Aveiro.

A captação de fundos comunitários que começa a ser hábito, não há que falar. Apresentámos uma candidatura a Capital Europeia da Cultura bem fundamentada. É um trabalho que resulta numa apresentação da candidatura de um trabalho intenso de 2 anos e também não se fala, porque não é mais que a obrigação.

Portanto quando há aqui dúvidas de que só ¼ é que votou neste executivo, só ¼ é que terá votado nestas juntas, nesta assembleia municipal também, e vejam aqui o problema é se boletim municipal tem a figura do Senhor Presidente da Câmara na capa, que me parece natural sendo a primeira edição após um ato eleitoral. Parece-me uma coisa mais que natural dar-se a conhecer o novo presidente do município, mas não se discute isso! Discute-se questões menores, discute-se a forma e nunca se discute efetivamente o que interessa e o que levou os aveirenses escolher este Executivo, esta Assembleia Municipal, e as Juntas que estão. Porque foi apresentada obra e obra, que não há dúvidas. E basta pegarem no carro e darem uma volta pela cidade.

E também, eventualmente, se conhecerem melhor a programação do que se passa na cidade, também escusam de proferir certas afirmações. Eu também ouvi aqui, que me indignou, que o festival dos Canais não dá palco às associações da nossa cidade. Peço desculpa é, de facto, um total desconhecimento. Porque falo por exemplo da banda da Quinta do Picado que está sempre presente no festival dos Canais.

E, portanto, penso que se este relatório tivesse sido bem estudado e analisado, acompanhado de uma visita à cidade, seria evitado termos tido este período antes e percebíamos o porquê dos resultados eleitorais. Disse.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰⁴¹

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰⁴²

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁴³

Vogal Ivo Angélico (BE)⁰⁴⁴

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰⁴⁵

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁴⁶

Vogal João Almeida (PAN)⁰⁴⁷

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁴⁸

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁹

“Muito boa noite, Senhor Presidente. Cumprimento todos os presentes e aqueles que nos assistem em casa. Sobre este ponto da atividade municipal por onde começar. É um documento riquíssimo, num período de tempo que não chega a 3 meses, e que eu vou ter que aproveitar o facto de esta ser das primeiras sessões da Assembleia Municipal neste mandato para reforçar aquilo que já fiz em 2017 logo no início. Alertar a oposição que se quiser indicar ou acusar este Executivo de facto de andar a fazer obras para a campanha eleitoral, que o comece a fazer desde já.

Porque neste documento já há um conjunto vasto de iniciativas, de ações, de obras, que estão concretizadas e, portanto, não percam tempo e comecem imediatamente a fazer este exercício de acusar o executivo de estar a inaugurar obras para campanha política. Não se esqueçam disso.

Eu gostava de referir porque obviamente há aqui um conjunto vastíssimo de ações e de iniciativas de uma enorme importância. Que desde logo caracterizam uma forma de estar

deste executivo, que é pautada por uma irreverência do ponto de vista, de um inconformismo do ponto de vista da recuperação num conjunto de infraestruturas a que Aveiro de facto foi deixado durante muito tempo ao abandono, com um desinvestimento no município, mas que está a ser obviamente recuperado e, portanto, há um conjunto vastíssimo. Mas eu hoje, resolvi, como normalmente costumo fazer nestes relatórios da atividade municipal, elencar um conjunto de algumas iniciativas que me parecem que valem a pena e desde logo relacionadas com as questões da ação social. Porque, precisamente, acabámos de votar o adiamento da assunção da descentralização deste processo da ação social. Para dizer que, concordo em pleno e acho que é uma área importantíssima, que a Câmara vai ter que trabalhar muito bem, já está a fazê-lo, para agarrar com unhas e dentes a partir do dia 1 de Abril. Eu acho que esse desafio maior é essa articulação de todas as valências e entidades, que já hoje têm ação concreta na ação social. E é importante de facto que haja esse trabalho de articulação para que depois o resultado seja mais eficaz, com uma resposta de maior qualidade àqueles que verdadeiramente têm necessidades.

E, portanto, eu vou usar aqui um dos pontos da atividade municipal, que é a requalificação do Centro Escolar de Santiago.

Hoje é uma escola frequentada por alunos de todo o município, mas que inicialmente havia algum estigma e, portanto, eu acho notável e isto está no enquadramento do projeto da carta educativa que até 2023 todo o parque escolar estará qualificado e requalificado.

Não posso deixar de referir também o contrato de comodato entre a Câmara Municipal de Aveiro e a IPSS Florinhas do Vouga. Até porque ontem fez o aniversário da morte do padre João Gonçalves, que era presidente desta instituição. E eu já na altura o disse, é a maior das homenagens que se pode fazer a uma pessoa como o Padre João é efetivamente dar continuidade à sua obra. Isto é um apoio, dentro dos muitos apoios que a Câmara vai, nomeadamente com as Florinhas do Vouga, mas com outras instituições.

Para mostrar que dentro de ação social há mais coisas a ser feitas, houve agora um reforço de verbas no âmbito do PAEED/21 um reforço de 50.000 euros na campanha de compra no comércio local, que como sabem meio milhão de euros estava destinada a famílias carenciadas do nosso município, bem como, por exemplo, o aumento de 50% no reforço do Fundo de Apoio Municipal e em que, bem recentemente, foi apoiada mais um conjunto de 6 famílias (13 cidadãos), tendo antes do início do relatório desta atividade municipal, que já no dia 3 de Setembro tinham sido apoiadas mais 4 famílias (10 cidadãos).

Para concluir, apenas dizer que, obviamente, as ações todas dos eventos que aconteceram no nosso município foram espetaculares e com uma dimensão nacional e internacional. E, portanto, foi como o Presidente disse um trimestre superintenso.

E uma nota também para os 16 arruamentos em Oliveirinha e os 12 em Santa Joana, para que tenham um bocadinho aquela imagem que já se tentou passar, o Rui Alvarenga fez muito esse exercício quando cá esteve no mandato anterior, de que as obras só acontecem no centro da cidade. Não é verdade de todo.

E, portanto, isto é mais uma prova dentro das muitas centenas de estradas que já foram, de facto, qualificadas.

É curioso que uma obra tão importante para a cidade de Aveiro, como o alargamento do tabuleiro sobre a linha do Norte e temos um deputado do Bloco de Esquerda, quase com um sorriso malicioso e trocista, a dizer mal daquela obra. Antes não havia sequer passagem para peões em algumas zonas, hoje há, ok. Portanto foi de uma importância enorme para a cidade e a mim faz-me impressão como é que alguém consegue fazer esse tipo de considerações.

Foi uma obra muito importante para os aveirenses, bem como a estrada do Sal, que também fizeram um bocadinho quase com gozo. Ainda bem que aconteceu ali um acidente. Não foi

desta forma, peço desculpa porque não foi desta forma, mas deduz-se. Lembram-se o que era essa estrada dique antes?

Portanto está ali uma rua altamente qualificada, com qualidade, e que as pessoas hoje fruem aquele espaço na sua relação com a Ria.

E, por último, e para acabar, a ligação disto tudo da Rua da Pêga com a estrada-dique, que é uma obra muito importante e que eu vou acabar de referir, que foi a adjudicação da qualificação urbana da estrada que liga a Rotunda do Marnoto à Ponte de Eclusa. E, no fundo, vai fazer, digamos, a cereja em cima do bolo, na relação toda da cidade com a frente Ria e que só faltava mesmo este troço.

Ou melhor, eu diria que agora só falta fazer a estrada supramunicipal e ligar todo o resto, que acho que está em marcha e está a ser planeado.

Fico-me por aqui. Obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:[050](#)

“Senhor Presidente, um protesto. Era o que faltava que houvesse alguma insinuação que eu teci alguma consideração (nem sei qualificar) sobre a obra da estrada do Sal ter tido um problema de conceção. E foi essa a mensagem ficou a pairar no ar com a intervenção do deputado que me antecedeu.

E, portanto, apresento um protesto veemente, porque jamais em tempo algum, jamais em tempo algum faria tal coisa.

Em 2º lugar, dizer que não o fiz, como comprovam as pessoas que aqui estão e a gravação está feita. Não há nenhum regozijo para que as coisas corram mal, nomeadamente quando estamos a falar de obras, até podem ter outro tipo de impacto em termos das pessoas que lá fazem a obra e que lá trabalham e que lá passam.

Portanto é absolutamente deplorável, deplorável, que haja uma associação entre aquilo que eu disse e qualquer sentimento de satisfação pelo facto de a obra ter tido tal imprevisto.

Eu apenas me limitei a fazer três ou quatro questões sobre ponto de situação da obra.

E, portanto, não é uma defesa da honra, é um protesto, porque eu acho que é inadmissível que o Senhor Presidente também permite que haja intervenções deste cariz aqui na Assembleia.”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado, o Senhor desculpe. Vocês, eu não sei porquê, mas este mandato vocês estão a gostar que eu fale e eu falo, pronto. Eu também gosto de falar um bocadinho e falo. Mas era só o que faltava, nós agora realmente filtrar de tal maneira as intervenções dos senhores deputados (ouvem-se vozes).

Senhores deputados vamos manter aqui também alguma disciplina. Quer dizer, uma intervenção normalíssima e já se está a apelar à intervenção do Presidente da Mesa para atuar!? Com certeza que essa é uma prerrogativa em situações limite. O Presidente da Mesa deve intervir o menos possível e é assim que eu quero continuar. Em casos extremos apenas o farei. Convirá que não houve aqui nada, mas qualquer forma o Senhor deputado Filipe Tomaz vai esclarecer melhor.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD):[051](#)

“Eu não sei porque é que assumiu que eu estava a referir-me a si, porque eu nunca estive a referir-me a si, ok.

Portanto não percebo por que é que assumiu. Não me referi a si e não percebi por que é que assumiu que eu me estava a referir a si.

Mas de qualquer forma dizer que eu não afirmei que era a intenção da pessoa. Eu disse que quase que dava a intenção de que se congratulava, pelo facto de ter havido ali um acidente numa obra que foi tão importante para a cidade. Foi apenas aquilo que eu quis dizer.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[052](#)

“Senhor Presidente, neste ponto dizer que a atividade municipal neste período foi grande e muita. Como nas anteriores que depois da reestruturação dos serviços da Câmara, depois do elencar e da reestruturação da dívida, no controlo das contas correntes e do grande, grande investimento nas associações culturais, desportivas e sociais, no apoio à economia local, ou seja o investimento forte nas pessoas e na sua qualidade de vida.

Neste ponto queria também referir-me aqui alguns pontos. começando por alguns que não são tão positivos para o nosso companheiro aqui de lides, para o Salavessa.

Quanto a resultados eleitorais, isto foi escrito agora, porque não era para falar nunca sobre isto, não era para falar mais sobre isso, mas o Salavessa volta e volta anda a trazer cá isto. Ó Senhor deputado, o Senhor nesta assembleia já utilizou palavras do género de voz do povo, consensos, maioria, voz do dono, em tom depreciativo.

Eu quero dizer que o senhor deputado deve ter atenção. O problema do PCP nesta assembleia não é as maiorias! É a sua falta de votos. Está a perceber. Se tivesse mais votos e pessoas acreditassem mais no seu projeto se calhar o Senhor não falava nem nas abstenções, nem quem vota ou não vota.

O problema é que o PCP tem vindo de eleição em eleição a perder votos e a perder pessoas. Esse é que é se calhar o seu problema. E já agora falando de resultados eleitorais.

O senhor deputado Pires da Rosa, também, quando tivemos aqui a falar do regimento, falou que estávamos a começar mal!? Ó Senhor, deputado se calhar para o Partido Socialista estamos a começar mal. Mas não estamos a começar mal por causa do regimento, percebe. Estamos a começar mal porque o Partido Socialista numa coligação que teve nas eleições menos quase 2000 votos do que há 4 anos sozinho. O Partido Socialista se calhar, não é do regimento que está a começar mal, o Partido Socialista teve agora menos deputados municipais em coligação do que teve há 4 anos sozinho.

O Partido Socialista agora em coligação teve menos Juntas do que teve há 4 anos sozinho. Portanto Senhor deputado é por aí, é que, se calhar, está tão mal o regimento. Sobre os resultados não falo mais.

Bom, outra coisa menos positiva neste período, gostava de me referir aos processos em Tribunal levantados contra o Executivo pelo Senhor David Iguaz, coligado com o PS no movimento juntos por Aveiro. O Senhor David Iguaz que foi o candidato pelo Partido Socialista à Junta de Freguesia. Embora na tomada de posse, enquanto elemento da Junta de Freguesia que não estava lá para defender o Partido Socialista. E que algumas vezes aconteceria o Partido Socialista falar de uma maneira e ele votar de outra, porque é independente.

Não sei se não percebeu? Mas queria referir que estes processos em Tribunal têm tido um efeito de nada. Nós na bancada do PSD lamentamos que o Partido Socialista esteja neste registo de apoiar processos em Tribunal que levam a coisa nenhuma. De coisa nenhuma e que não melhora a qualidade de vida dos aveirenses.

Queria referir-me também em relação à Cultura Perto de Si. Um programa englobado na candidatura de Aveiro a Capital da Cultura. Levou a todas as freguesias, repito, a todas as freguesias do concelho de Aveiro, momentos culturais que são, além de elevadores, são inéditos nesta sua dispersão por todas as freguesias e por todas as pessoas.

Sobre a habitação social. A Câmara Municipal de Aveiro no último mandato investiu mais 5 milhões de euros nos bairros sociais municipais por todo o concelho. É um exemplo a

habitação social municipal. É um bom exemplo de funcionalidade, qualidade e urbanidade. Mas olhem, no Bairro do Griné e no Bairro do Caião (lá voltamos), estas habitações que são responsabilidade do Governo Socialista através do IRHU, estão ao abandono. Muitas delas estão ocupadas e sem condições de habitabilidade. De notar a ausência total de apoios sociais a estes moradores.

Senhor Presidente, esta habitação da responsabilidade do IRHU e do Governo porque não anda? Há alguns desenvolvimentos nesta área?

E sobre a habitação a custos controlados pelo Governo no caso da Luzostela, como é que está?

E para terminar queria referir-me também falar sobre os congressos e as grandes realizações em Aveiro. E desejar um bom Congresso à Associação Nacional de Municípios Portugueses e referir que esta realizações vieram evidenciar mais uma vez a falta em Aveiro de um verdadeiro Centro de Congressos.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁴

“Boa noite a todos. Salavessa não vamos discutir obviamente consigo liberdade de imprensa. Porque as ditaduras onde se inspira sua democracia é que mandam na comunicação social. Aqui a comunicação social faz aquilo que muito bem entende.

Quanto à sua interpretação legal sobre o Boletim Municipal está completamente errada. Nós prosseguiremos o cumprimento da lei. E quanto à área ocupada pelas minhas fotografias, pois julgo que deve refazer o cálculo, porque a sua área está mal calculada. Se precisar da fórmula como se calcula a área tenho o maior gosto em partilhar com V.exa.

Em relação ao Rossio. Deixem-me falar pouco sobre isto. Estamos em obras e o Rossio é neste momento uma obra e é uma obra de 16 milhões. Acabou.

Vamos procurar em cada momento e o Rossio vai ter vários momentos na obra que está dentro do taipal, que é onde se constrói o edifício de múltiplos usos, porque o estacionamento é apenas um dos muitos usos, porque é uma operação de grande densidade técnica, com máquinas pesadas e, portanto, não pode estar aberta. Depois veremos no processo evolutivo o outro espaço público que vai ser alvo de intervenção desde as Pontes até à Ponte de São João, onde se vai obviamente compaginar a execução da obra com a vida naquela zona da nossa cidade. E, portanto, é uma obra. Aquilo que é a nossa garantia é que vamos gerir a obra com o nosso empreiteiro, que a nossa equipa de fiscalização para que ela se desenvolva o melhor possível e para que se compagine o melhor possível com a vida e, obviamente, quando chegarmos ao fim, então vamos ter árvores boas, bonitas, vamos ter segurança, vamos melhor iluminação pública, vamos ter uma bateria sanitária, etc, etc.

Ok o sitio vai estar por agora mais escuro! Espera aí que nós vamos lá pôr um poste? Não. Não vamos de todo. Agora alguns aspetos que possamos melhorar e estamos numa obra em que estamos sempre atentos e a ouvir as sugestões de todos para que a obra decorra o melhor possível.

Dizia-me há dias um amigo meu, ó pá aquilo vai ficar assim tão feio? Não. Nós vamos lá pôr umas fotografias bonitas, com umas telas a fazer publicidade à obra, marketing à cidade, referenciar como é que aquilo vai ficar no fim, estamos numa operação em que enfim, é uma obra que toda a gente conhece. Conhecemos quem é a favor, quem é contra. E conhecemos os argumentos de quem é contra, que são respeitáveis. Agora não vamos estar a discutir eternamente. Neste momento concentração total na obra que é aí que estamos com todo o empenho.

Ainda temos os processos do judiciais, aliás, hoje renasceu o ex-socialista David Iguaz, que logo na primeira reunião da assembleia de freguesia da Glória e Vera Cruz abandonou

logo o partido! Portanto foi um socialista de um amor muito curto. Teve uma paixão aguda e que lhe passou rapidamente e hoje renasceu, para a cidadania.

Pronto. Nós lá iremos em todos os processos judiciais. Os que estão arrumados estão arrumados, os que não estão trabalharemos com toda a atenção e toda a dedicação para ganharmos bem todos os processos pendentes.

Neste momento concentração e atenção total para a obra que está em desenvolvimento.

Ainda hoje curiosamente quando ia para um almoço de trabalho na beira-mar, falava com uma senhora que estava a passear os seus cães, sobre esta questão dos moradores e do estacionamento e devo dar anúncio que estamos já a terminar o projeto da primeira fase de qualificação do bairro da Beira-Mar, que integra exatamente a área do bairro adjacente à obra do Rossio. Que é no fundo aquele retângulo fica confinado entre o Canal das Pirâmides, o Canal São Roque e o Canal dos Botirões.

E aí vamos tomar medidas para que de uma vez por todas não seja a multa nem o polícia que resolve o problema, que não é de agora. Este problema do estacionamento ilegal daquela zona é uma tradição que temos e sabemos bem o trabalho que nos dá a nós, que dá à PSP. E só se vai resolver com essa obra de qualificação que vamos fazer.

Quanto à lancha vandalizada, enfim, se há lancha mártir com estórias tristes com os ex-sócios daquela empresa, é aquela conta nova e não tem nada a ver com o Rossio.

Há uma malta que gosta muito de transformar ditaduras comunistas em francas democracias, é que transformam o problema grave de vandalismo, o problema grave daquela empresa, num problema provocado pela obra do Rossio. Saiba V. Exa que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Se precisar de provas documentais sobre a matéria terei o maior gosto em facultá-las.

Marta Dutra. Enfim, as suas árvores centenárias, obviamente é mentira, demagogia Panista, mas enfim é o que temos do PAN. Olhe nem bom vento nem bom casamento, nem árvores centenárias nem coisíssima nenhuma. E aquela coisa que vocês também andaram lá a ajudar, com o David Iguaz e companhia, com a classificação de interesse público, está tornada pública a decisão definitiva do ICNF a dizer de forma clara, com um relatório técnico, que qualquer um não técnico percebe que isso é uma invenção sem pés nem cabeça e que está lá explicado em português muito fácil de perceber.

Quanto PAADE e o projeto da Rota Segura segue o seu caminho. Teve ali um desvario de uma pessoa que nem sequer é sua líder, que tentou arranjar um filme em cima das eleições. Correu obviamente mal porque nós não nos perturbamos com eleições. Nós disputamos eleições com lealdade, não nos perturbamos. Houve alguma perturbação ali uns dias antes das eleições, pronto já passou, já conversámos para arrumar o assunto e vamos lá trabalhar na Rota Segura. Que é um projeto muito interessante, mas que tem que cumprir a lei. Sabe que isto de andar na estrada Marta, tem regras.

Isto de pôr sinais na via pública não é à papo-seco nem num projeto que seja muito bem-intencionado, mas que agora quer pôr sinalética por todo o lado!? Olhe porque se não o MUBI, aquele satélite do Bloco de Esquerda, vai fazer mais um comunicado associado a uma instituição a dizer que é mais um obstáculo para os cegos baterem com a cabeça nos sinais de trânsito. Portanto estas coisas têm de ser feitas com qualidade e com regras e não com a demagogia de alguns que tentam aproveitar-se de boas ideias, e esta é uma boa ideia, para fazerem politiquices de baixo nível.

Quanto à questão dos cães. Olhe, nós estamos a fazer um trabalho. A situação dos cães abandonados hoje e muito menos crítica do que já foi. Mas vamos continuar a trabalhar para melhorar a nossa condição.

Não temos canil. É público o que se passa com esse projeto, mas o canil que está ao nosso dispor e que somos gestores no R10 tem funcionado impecavelmente, em cooperação com o

exército português. E, portanto, temos gerido esta matéria de forma globalmente tranquila e positiva. Essa coisa das matilhas a crescer, saiba que não verdade.

Sobre a questão dos Transportes. Eu já disse aqui e repito que estamos numa discussão sobre a versão penúltima dos estudos da TIS.pr sobre os ajustamentos, alterações à nossa rede, a rede da AveiroBus. Enfim, acabaremos seguramente nas próximas semanas essa discussão que, obviamente, á uma fase que é só entre nós e a TIS e há uma fase que envolve o nosso concessionário, como é evidente, depois partilharemos todas essas conclusões. Mas para procuramos algumas benfeitorias.

Obviamente que a greve, a greve é um direito e não houve impedimento. Até na segunda greve, a primeira teve pouca adesão, a segunda teve a adesão alta, mas eu tenho que agradecer nomeadamente à empresa, o esforço que fez e aos trabalhadores que não fizeram greve, para garantir os transportes escolares.

A malta não foi para o trabalho, olhe é avida. Faltaram ou foram de bicicleta ou foram a pé, tubem. Agora a escola é bocadinho mais complicado. E a empresa conseguiu no dia garantir transportes escolares e nós agradecemos muito.

Essa greve foi a primeira deste de temos a AveiroBus, teve a ver com o fim definitivo da geringonça. Porque até aí a coisa das greves estava basicamente sobre controlo. Agora que a geringonça acabou vieram as greves, mas é processo normal e natural daquilo que respeita a esta esquerda que faz de conta que quer o bem da nação e andam sempre é com demagogia e a tentar agitar as águas.

Celme, eu sei que o Bloco de Esquerda inventou aquela peça de circo que apresentou na inauguração do nosso memorial à Cerâmica, por um ator do Bloco de Esquerda que devem conhecer. enfim, agora eventualmente aconteceu uma coisa ao contrário. Bloco de Esquerda marcou a inauguração da Rua do Sal e foi sozinho, porque não convidaram o Presidente da Câmara. Porque ainda ninguém inaugurou a Rua do Sal!

Portanto continuam a fazer umas peças de circo que vocês fizeram de tal forma empenhados que nem convidaram o representante do dono da obra. Vocês fintam-se a vocês próprios e dão circo a vocês mesmos. A verdadeira inauguração ainda não ocorreu.

Quanto à A 25 de Abril. Olhe aquilo que disse sobre o projeto está completamente errado. Terei muito gosto em reunir presencialmente com os documentos à frente, para lhe explicar bem a obra. Tudo o que disse, não tem pés nem cabeça, está tudo errado. Terei muito gosto com os papéis à nossa frente, explicar com cuidado o projeto.

Quanto à produção própria. Olhe, isso quer dizer que o Ivo não acompanha o trabalho das associações. O trabalho de tanta gente que faz Cultura neste município. É a única coisa que quero dizer. Porque se acompanhasse não podia dizer isso. Porque em nome da verdade, isso não é assim. Que queremos e que precisamos de crescer muito mais, sim. Mas olhe já hoje temos aqui um manancial de capacidade que já faz muito interessante. Queremos mais, queremos melhor, queremos mais, queremos melhor. Mas a boa base está cá. Precisa de conhecer essas matérias e não dizer coisas completamente desfasadas da realidade.

Uma nota sobre aquilo que disse ou o Jorge Greno em relação à manutenção da iluminação pública. São conhecidos os problemas da EDP. E não é só as demoras na substituição das lâmpadas fundidas, em fazer ramais, em fazer ligações definitivas de energia às obras municipais, às obras privadas. Demoras de um ano, um ano e meio, para aprovar um projeto elétrico dum edifício privado. Enfim, temos um problema complexo e estas coisas de empresas que continuam a ter privilégios monopolistas são um problema muito sério.

A EDP é uma empresa muito importante para nós. É o nosso concessionário nestas matérias, mas, de facto, está num processo muito crítico de demoras e tomáramos nós que fosse só mudar lâmpadas fundidas. Estimamos muito a empresa, mantemos as melhores relações possíveis com toda a sua equipa, mas, obviamente as coisas têm que ser muito melhores. Não é só em Aveiro. Isto é um problema global e nacional.

Quanto a Aveiro ser escolhida para vários eventos, dizer que estas “escolhas” dão muito trabalho. A ANMP, a APAVT, o ARANTUR, ninguém vinha cá sozinho.

Portanto há muito trabalho de conquista, isto não é assim. Eu só para trazer cá o Congresso ANMP andei 6 anos a fazer o meu trabalho. Portanto é preciso cuidado com algumas frases que podem ser mal interpretadas. Aveiro foi escolhido para eventos, dá muito trabalho, nomeadamente a nós, Aveiro ter sido escolhido. É necessário ter boa relação, ter peso político, etc, etc. Deixo esta nota porque essa frase se for isolada pode ser mal interpretada.

Quanto aos problemas do vandalismo. Não há um pico de vandalismo em Aveiro. Às vezes há uns atos vândalos que são mais publicitados ou menos. É evidente que quando fazem um graffiti na capela de São Gonçalinho é mais notícia do quando o Partido dos pincéis e dos baldes ainda pegam lá nos restos e vai pintar a Ponte de Pau.

Mas pronto, é um trabalho de cidadania que todos temos que continuar a fazer. É um trabalho de policiamento, é um trabalho de sensibilização, é um trabalho de reação rápida da nossa parte também. Pronto, há aqui várias frentes, mas não há um pico, há, de facto, um processo regular de baixa intensidade do nosso município, mas permanente nestas zonas. O Manuel Prior e o Ernesto Barros fizeram essa pergunta do Caião e do Griné. Enfim, estamos a ajudar o IRHU a procurar falar com o mercado para que um próximo concurso venha a ter empreiteiro. É um problema muito sério. Nós estamos a ter também. Por exemplo o nosso concurso para a empreitada da Escola de Santiago ficou deserto. Portanto é um problema complexo. Agora no Griné e no Caião é muito mais complexo. Porque houve um abandono social daquela gente e há práticas lá de uma violência social chocante.

Foi por isso que quando eu ouvi aqui o Pedro da outra vez todo inflamado, aqueles discursos que ele faz para ver se entre na lista do PS na segunda-feira, depois a gente olha para 300 famílias que vivem boa parte delas numa situação inacreditável (e fico-me por aqui), porque as histórias são mais que arrepiante e mais que muita. É de nós nos revoltarmos com esta malta socialista que anda com os milhões na boca, mas depois os seus inquilinos são tratados com a maior indignidade.

E, obviamente, sempre dissemos isto ao IRHU, despachem-se. Despachem-se, nós sabemos bem para as nossas obras de qualificação na habitação social o que passámos com os concursos desertos, empreiteiros que desistiram. Nós sabemos bem. Quanto mais andarmos para a frente, mais este problema vai ser parte da nossa vida.

Estamos a ajudar o mais que podemos. Porque obviamente queremos o bem do Griné e do Caião como é óbvio, mas a maré não está nada favorável. Há obras que são difíceis tecnicamente. E muito difíceis naquilo que é a relação com a vida que lá está dentro. Quanto à ilha do Canastro. Neste momento foi adjudicada a obra a um bom empreiteiro, ao Vítor Almeida & filhos. Temos lá 2 casas velhas que ainda não conseguimos, porque um dos herdeiros desaparecido está-nos a dificuldade a posse daquela parcela de terreno, que é o que nos interessa, não é a casa. Mas pronto, estamos em notas finais para que a obra venha a começar proximamente.

Ana Maria Seiça Neves, como sabe eu convivo de perto todos os dias com essas ratazanas que referenciou. Com as ratas, com os ratos, com as garças, com os patos, com as patas, tudo. Porque, enfim, é a minha vida de Presidente da Câmara e de utilizador do parque de estacionamento da Câmara do lado Sul, ali no Centro de Congresso lido com o barreiro como lhe chamamos.

E, portanto, dizer que o rato não é um elemento predominante naquele ecossistema, mas é um elemento presente, ok. E no ecossistema estamos a procurar arranjar uma luta naturalista, para ver se algum dos outros elementos no ecossistema consegue comer o rato. Para não dar trabalho aos moradores. Mas não está fácil porque os outros que

predominam, são peixes de águas paradas, e são aves. E não temos de facto ali um elemento predador o rato.

O que eu quero chamar a atenção de toda a gente é que a obra que estamos a planear, no projeto do barreiro, decidimos não fazer aquele edifício de 8 pisos no chamado lote 1 do PP do Centro. Está anunciado, depois vamos ver a versão final do PP na revisão, mas está assumido, a Câmara não vai fazer aquilo. Havia de ser bonito fazer aquele prédio e a rataria toda a sair das tocas e a ir para casa da amiga da Ana Maria. Olhe os amigos que eu tenho por acaso lá, conhecido de nós todos, que me liga todas as semanas, nunca lhe apareceu nenhum rato. Mas o que quer dizer que no amanhã não lhe apareça um rato em casa. Pode acontecer.

Finalmente está resolvido o problema da propriedade dos outros terrenos ali onde está o estacionamento, foi comprado pelo grupo Hoti Hotéis. Estamos a trabalhar com eles em sede de estudo prévio para opções de alteração da capacidade de construção em sede de revisão do PP do Centro. Abandonámos a construção do absurdo prédio dos oito pisos. Para quê? Para dar presença ao barreiro devidamente qualificado. Estamos a reunir com equipas de especialistas, com o próprio Galopim de Carvalho, que está velhinho, mas que esteve na última reunião connosco a dar belíssimos contributos e a saudar a reabilitação do estudo prévio de reabilitação do barreiro feito pelas nossas arquitetas paisagistas.

E, portanto, estamos a trabalhar á seria nessa matéria para acabarmos com aquela porcaria que lá está, mas lembrando que quando nós chegámos não havia rede e havia o risco das pessoas para lá caírem e quando chovia muito não era possível estacionar os carros naquele estacionamento encostado porque a água subia cá para cima.

Portanto cuidaremos daquela presença das aves, da garça e não só. O projeto está feito nesse cuidar, mas logicamente na lógica de ali colocar um centro interpretativo do corte de solo e dos fósseis. Vai andar à volta destas duas questões principais. A fauna com assento principal nas aves. O corte geológico para explicar o que ali se vê. E a questão dos fósseis que é um elemento ali importante naquele barreiro. Não precisava de dar aquela volta toda que deu porque o estudo pegou nesta boa história e o trabalharmos nesta urbanização porque agora é que vai mesmo.

Temos um problema e estamos a tratar dele em sede de PP do Centro que é onde é que se vai estacionar aqueles carros todos? Mas há ideias, não soluções ainda fechadas, para essa dimensão.

Quanto à questão do cemitério Sul, foi ainda há pouco tempo que o visitei, estava em impecável, mas enfim quem de direito já tomou a devida nota para dar uma olhadela com todo o cuidado.

Francisco Picado a rua do Sal. O valor de trabalhos a mais é de cerva de meio milhão de euros. E nós vamos estruturar um relatório técnico, com todo o trabalho que está feito, de estudo do problema para a sua solução. Que é muito interessante a obra que está ali a ser feita. E apresentarmos um relatório em condições à Agência Portuguesa do Ambiente.

Não exatamente para lhe pedir o meio milhão. É evidente que se eles tiveram disponibilidade nós receberemos o meio milhão com gosto. Mas é para que aquela matéria seja conhecida por eles e possam aprofundar o seu estudo na hidrodinâmica da Ria para ver se a APA toma conta da Ria a sério. Porque a APA não liga nenhuma à RIA. Felizmente tem um trabalho excelente em sede do Polis da Ria, mas o resto é zero.

É isto que vamos fazer. Sinceramente não estamos preocupados olhe está aqui o papel queremos meio milhão de euros. Não é essa a questão.

A questão é saberem que há ali aquela situação que carece de um acompanhamento. É uma obra de engenharia natural e pesada muito curiosa, depois explicarei com o relatório, também o podemos mandar para a Assembleia. Falta uma operação de colocação de pedras

muito pesadas no leito do canal, para procurar parar o assentamento de um poço que lá existe devido ao turbilhão das correntes, nomeadamente na vazante.

Está combinado quando acabar a obra iremos fazer uma bela festa de inauguração. Porque de facto é um sitio fantástico. Muito giro, muito bonito, e merece uma boa de uma festa. Depois o Bloco de Esquerda se lá quiser fazer uma festa, desde que seja bem enquadrada no programa, temos o maior gosto. Porque aquilo para circo de rua é também muito interessante, é muito atrativo. Mas não temos pressa, logo que a obra esteja pronta talvez no primeiro trimestre do próximo ano para estar tudo terminado. Está combinado então por proposta do Bloco de Esquerda vamos lá então fazer uma inauguração, como dizia o outro, porreira.

Porque é uma obra fantástica desta aproximação que estamos a fazer do centro urbano da nossa cidade com a sua frente Ria de esplendor. Daquela Ria plena que nós temos aqui à nossa mão.

Agradecer Casimiro Calafate todas as questões e João Miguel, terei todo o gosto em explicar esta matéria em reunião presencial e de chamar atenção para alguns cientistas que ganham muito dinheiro a fazer de conta que dão pareceres e fazem relatórios a empresas que fazem atentados ambientais há mais de 50 anos, e terei muito gosto de em reunião consigo mostrar os ofícios que assinei pelo meu punho a quem de direito, sobres essas matérias, chamando-lhes nomes um a um e deixe-se dessas coisas ridículas que andaram para ai a fazer a ZERO e a Quercus. Querem conhecer o estudo de impacto ambiental? Querem conhecer a solução que lá está no projeto e que vai ser construída para os peixes passarem debaixo para cima nas poucas horas que as comportas da ponte estão fechadas, com todo gosto. Apenas exijo uma abordagem séria e descomprometida de outros interesses. Tenho o maior gosto de me sentar consigo e mostrar o projeto e explicar tudo.

É bom que as pessoas saibam a verdade porque o exercício da mentira é sempre um exercício democraticamente pobre e profundamente lamentável.

Dar conta em relação àquilo que referenciou o Manuel Prior dos contratos construção na Luzostela.

Já tivemos a primeira reunião com eles. Já nos apresentaram o primeiro esboço de estudo com o qual nós concordamos, em parte. Discordámos em muita parte. Porque chegar ali e plantar prédios de 6 pisos não tem a nossa concordância. Mas foi uma boa reunião, uma boa reunião. Vamos continuar a trabalhar e seguramente, para desferir um bom modelo de urbanização, para que depois o IRHU possa lançar o concurso.

Portanto eu já disse aqui, o que IRHU decidiu foi fazer primeiro o estudo urbanístico pelos seus próprios meios, com o nosso apoio, para quando terminado então lançar o projeto de execução. Portanto há uma boa relação que estamos a trabalhar a esse nível.

A Marta Dutra pergunta-me no PAOD sobre a georreferenciação das árvores. O modelo que tínhamos seguido tivemos que o abandonar. Estamos a ultimar um concurso com prévia qualificação para fazer este trabalho. Porque se for um concurso sem prévia qualificação, que é difícil de construir, vai ganhar uma empresa de vão de escada que não vai fazer nada de jeito.

Aquilo que queremos fazer e que escolhemos o parceiro ao abrigo do Código da contratação pública, pela dimensão do investimento, não é possível. Fizemos um concurso para uma pequena intervenção, ganhou uma empresa que pertence ao grupo da Fundação de Serralves, está a trabalhar connosco e, portanto, é aqui que temos que ir por um outro caminho em termos de contratação.

A Celme Cristina falou da oposição da CIRA no Parque Natural da Dunas. Enfim, sugiro a todos que façam uma leitura adicional do nosso parecer. A Ria precisa de atenção, de investimento, de cuidado, não precisa de ser mais Parque do não sei o quê, que o Bloco propôs, nem de mais leis, nem de mais constrangimentos.

Precisa que o homem continue a cuidar dela. E se ela chegou aos dias de hoje globalmente bem é porque o homem cuidou dela. Se ela tem patologias e problemas é porque ela precisa que nós cuidemos mais dela.

E é neste exercício que nós vamos estar. Agora querer transformar isto numa reserva de índios, chamando Parque Natural, não interessa à Ria de Aveiro. A questão é que não se interessam. Porque se interessasse Celme pode ter a certeza, não seríamos os primeiros a aplaudir, grande ideia, vamos embora. Não. Ela não ajuda em nada. Pelo contrário. Ela seria um problema porque nem a APA, nem o ICNF, daquilo que foi o trabalho que fizemos com eles, concordam com semelhante coisa.

Quanto ao dinheiro que vamos tirar da cogestão da Reserva isso é um erro de análise vosso, não vamos tirar dinheiro nenhum de receitas da reserva, vai ser um investimento para a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto.

Quanto à última questão do PAOD colocada pelo Casimiro Calafate e pelo Manuel Prior, a saída da Médica de Cacia.

É bom que saibamos porque é que a Médica saiu. A Médica saiu porque houve uma Médica da USF de Santa Joana que se aposentou. A USF de Joana convidou a Médica de Cacia, e a Médica de Cacia aceitou o convite.

Apenas há um problema no Ministério da Saúde com esta aposentação, com este movimento, e com várias outras aposentações que estão para acontecer nos próximos meses. É que é preciso fazer um concurso para que os Médicos venham ocupar estas vagas. Para o ano estão definidos dois concursos. Um em janeiro e outro em julho. Sabemos e estamos a fazer a nossa pressão política, com o Diretor do ACES Pedro Nelson de Almeida, procurar aproveitar o concurso de janeiro.

Obviamente, porque já faltam os médicos. Agora, diz-me ele, com toda a seriedade, a coisa diz meu, com toda a seriedade, que é uma pessoa séria, que a coisa não está fácil. Mas a luta continua. Embora agora os cidadãos de Cacia percebem melhor os problemas velhos, de Nariz, de Requeixo, de Senhora de Fátima, São Jacinto, etc.

Obviamente que quando acontece num sítio onde não aconteceu ainda, pronto. Obviamente não queríamos que acontecesse em lado nenhum, mas percebe-se melhor qual é o problema grave de zonas do nosso município que tem este problema sistematicamente.

Mas lutamos politicamente, apoiamos os gestores do Ministério da Saúde, que são nossos interlocutores, para convencerem os seus chefes a substituírem com rapidez as pessoas que, por aposentação, pela gestão da sua carreira, mudam de local de prestação do seu trabalho. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[055](#)

“Muito obrigado. Finalmente tenho a palavra. Eu confesso que deve por ser novato nestas andanças, esta discussão toda pareceu-me, em grande parte, surreal.

Estamos num ponto que diz assim Informação sobre Atividade Municipal de 07SET a 21NOV. Passámos duas horas a discutir o que foi feito, obra já feita. E eu pergunto quanto tempo iremos passar a o ponto seguinte que é o Plano e Orçamento, que me parece muito mais importante porque é a obra que vai ser feita. Quanto tempo é que vamos passar a discutir o ponto 8?

É assim. Eu vi aqui, peço muita desculpa, houve discussões interessantes, mas também houve muita politiquice barata. Não contem com o Chega para este tipo politiquice barata que o Chega não vai alinhar nessa politiquice barata. Nós estamos aqui para apresentar propostas concretas para os aveirenses e para melhorar a qualidade de vida dos aveirenses. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:[056](#)

“Senhor deputado é verdade que temos uma extensa ordem de trabalhos, mas foi comunicado desde o início aos senhores deputados a forte probabilidade do prolongamento da Sessão. Portanto tenham toda a calma, o ponto 8 e seguintes, que são da maior relevância, como o senhor deputado bem disse e estamos de acordo, será discutido e todos esses pontos, na próxima reunião da Sessão, na terça-feira, em que aí teremos oportunidade fazer a sua apreciação e a sua discussão.”

Vogal Marta Dutra (PAN)[057](#)

Vogal Jorge Greno (CDS)[058](#)

Vogal Francisco Picado (PS)[058](#)

Vogal António Salavessa (PCP):[059](#)

Vogal Filipe Ramos (PPM)[060](#)

Presidente da Mesa[061](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[062](#)

Presidente da Mesa[063](#)

De seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, [064](#)cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da segunda reunião da Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, informando que os trabalhos da sessão continuam no dia 14DEZ2021 (terça-feira) no mesmo local.

Eram 23:45 horas do dia 09 de Dezembro de 2021.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)